

Conflitos, diálogos e interesses nas relações entre movimentos sociais e o poder público no campo das políticas urbanas de mobilidade**Conflicts, dialogues and interests in relationships between social movements and public power in the field of urban mobility policies**

Recebimento dos originais: 30/04/2017

Aceitação para publicação: 01/06/2017

Thaís Ribeiro Gomes

Mestre em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Endereço: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, Brasil

E-mail: thaisgomes.tg@gmail.com

Fábio Marques da Silva

Programa de Pós-Graduação em Administração

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Endereço: Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR, Brasil

E-mail: fabiomarques500@gmail.com

RESUMO

Buscando compreender o campo científico que se consolida acerca de determinado tema, é pertinente lançar luz sobre a produção acadêmica referente a ele para a obtenção de informações que possam nortear pesquisas futuras. Nesse sentido, o presente estudo bibliométrico tem por objetivo traçar o estado da arte da relação entre os movimentos sociais e o poder público no que tange a construção de políticas públicas urbanas. Para tanto, foram acessados, sobretudo, periódicos nacionais e internacionais classificados nos níveis A2, B1 e B2, de acordo com o sistema Qualis da CAPES, além dos anais dos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Como resultado deste levantamento, cerca de quarenta e sete artigos com as palavras-chave foram encontrados, dos quais dezesseis artigos forneceram subsídios teóricos e metodológicos que possibilitaram um avanço no desenvolvimento da pesquisa científica acerca das relações entre os movimentos sociais e o poder público acerca da construção de políticas urbanas, no campo da mobilidade.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Políticas Urbanas. Mobilidade Urbana. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Seeking to understand the scientific field that consolidates on a certain theme, it is pertinent to shed light on the academic production related to it to obtain information that may guide future research. In this sense, the present bibliometric study aims to trace the state of the art of the relationship between social movements and the public power in what concerns the construction of urban public policies. In order to do so, it was accessed mainly national and international journals classified in levels A2, B1 and B2, according to the CAPES Qualis system, in addition to the annals of the events of the National Association of Postgraduate and Research in Administration (ANPAD). As a result of this survey, about forty-seven articles with the key words were found, of which sixteen

articles provided theoretical and methodological subsidies that enabled an advance in the development of scientific research about the relations between the social movements and the public power over the Construction of urban policies in the field of mobility.

Keywords: Right to the City. Urban Policies. Urban Mobility. Social Movements.

1 INTRODUÇÃO

Problematizar a mobilidade urbana e encampá-la como um direito negado aos cidadãos nas grandes cidades é, *a priori*, um assunto urgente a ser debatido – tanto na academia quanto fora dela - que não deveria ser negligenciado pelo poder público, tão pouco por aqueles que dela dependem para transitar e acessar as cidades. No Brasil, a mobilidade urbana norteia-se pela lógica do transporte individual sem que haja preocupações maiores em oferecer um transporte público coletivo de qualidade que atenda à demanda populacional (LIMA NETO; GALINDO, 2013).

Dessa forma, constitui-se o problema que dá origem à pesquisa em questão, por se tratar de um debate que está na agenda de políticas públicas por meio das demandas sociais, que ganharam força com os movimentos sociais denominados Jornadas de Junho, que se organizaram no ano de 2013, em várias cidades brasileiras, por conta da proposta de aumento tarifário do transporte coletivo – organizadas pelo Movimento Passe Livre - no sentido de inserir na agenda pública e governamental o problema do aumento da tarifa de transporte coletivo e suas consequências para a mobilidade urbana, principalmente, em grandes metrópoles.

As discussões que contemplam os problemas acerca da mobilidade, de certa maneira, são promovidas por geógrafos, arquitetos e urbanistas, havendo poucos administradores que se debruçam nessa tarefa. No entanto, é importante destacar que no Brasil, a Administração Pública e os Estados organizados têm se ocupado do tema. Além disso, nos Estados Unidos da América, o urbanismo se localiza no âmbito da Administração Pública, funcionando como um instrumento que encampa as ações governamentais de planejamento urbano.

O presente estudo bibliométrico tem por objetivo, portanto, traçar o estado da arte da relação entre os movimentos sociais e o poder público no que tange a construção de políticas públicas urbanas. Ao analisar diversos periódicos e jornais acadêmicos nacionais e internacionais na área da Administração Pública e Gestão Urbana - tais como: Cadernos EBAPE, Organização & Sociedade, Revista de Administração Pública, Novos Estudos CEBRAP, Administração Pública e Gestão Social, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, URBE (Revista Brasileira de Gestão Urbana), *American Journal of Political Science*, *Public Organization Review*, *Public Administration and Developmente*, entre outros – foi possível o acesso a diversas

publicações que encampam o debate entre movimentos sociais e poder público, de que forma esse conflito de interesses contribuí para a construção das políticas públicas, sobretudo, das políticas urbanas de mobilidade.

A análise bibliométrica realizada no presente estudo se divide em três categorias principais: a técnica que pontua os dados dos artigos encontrados, o referencial teórico utilizado e os procedimentos metodológicos adotados nessas publicações que foram encontradas e analisadas. Na categoria técnica, as seguintes variáveis foram pontuadas: 1) periódico e ano de publicação do artigo; 2) número de autores por artigo; e ainda 3) instituição da qual os autores fazem parte, isto é, são filiados. No que concerne ao referencial teórico apresentado, foram analisadas as seguintes variáveis: 1) principais autores citados; 2) principais trabalhos citados; e por fim, 3) periódicos mais citados nas referências dos artigos. Face aos procedimentos metodológicos, as seguintes variáveis de análise foram: 1) tipo de pesquisa; 2) estratégia de pesquisa; 3) instrumentos de coleta de dados, e 4) instrumentos de análise de dados.

Dessa maneira, o presente estudo será dividido em quatro seções. A primeira encampa a discussão teórica acerca do direito à cidade – teoria que norteia o direito e acesso à mobilidade urbana – que permeia as reivindicações dos movimentos sociais junto ao poder público na construção de políticas urbanas no campo da mobilidade. A segunda seção do trabalho contempla os procedimentos metodológicos adotados para delimitar a pesquisa realizada. A terceira seção apresenta os dados coletados, isto é, os artigos acessados nos periódicos supracitados e sua análise. Por fim, a última seção destina-se às considerações finais e desdobramentos para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo da problemática da construção de políticas públicas no campo da mobilidade urbana sob a ótica do direito à cidade, é salutar entender as articulações entre poder público e movimentos sociais no sentido de responder a essas demandas sociais, e de que forma estes “conversam” na constituição de agenda para formulação de políticas urbanas, gerando não só a compreensão de conflitos e interesses que se perfazem nesse contexto, mas também gerando um debate – sociedade x poder público – que por vezes é silenciado.

Para sustentar este estudo tendo como pano de fundo o direito à cidade, um dos principais autores utilizados foi David Harvey. A reflexão proposta por Harvey (2014) ao tratar do direito à cidade repousa sobre o questionamento: quem detém esse direito? Partindo do pressuposto de que a cidade é “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo [...] ao seu próprio desejo” (PARK, 1967, p. 28 apud HARVEY, 2014), somos convidados a refletir acerca do direito

de exercer o poder coletivo - seja moldar a cidade, repensar e reconstruir espaços urbanos - enquanto um direito humano negligenciado.

No entanto, o primeiro autor a cunhar o termo direito à cidade foi Lefebvre (2004), o qual argumenta que este é uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital. Assim, o direito à cidade refere-se a uma vida muito diferente, em uma sociedade, por sua vez, muito diferente, onde a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca – de acordo com a lógica capitalista vigente.

Para Harvey (2012), a qualidade de vida na cidade tornou-se uma mercadoria. O direito à cidade se confunde com o direito à vida e implica, por sua vez, na construção do espaço urbano de forma mais igualitária e humanizada, com intuito de atender à sociedade e o direito coletivo, que diz respeito àquele que ali transita, faz uso, acessa e vive.

Ademais, Vainer (2011) – outro autor que elucida a mesma temática com novas perspectivas - observa a linguagem da cidade de exceção se perfazendo no discurso hegemônico construído e difundido pelo interesse privado - em alinhamento com o poder público – materializando-se na cidade-espetáculo, seja via mega-eventos, seja via bairros luxuosos.

De acordo com o autor (VAINER, 2011, p.11), a cidade de exceção “é o lugar da democracia direta do capital”. A afirmação da cidade de exceção se concretiza enquanto regime urbano pós-moderno, com estratégias empresariais e competitivas, transformando a prática da exceção em regra, legalizando aquilo que não é legal, produzindo o espaço urbano submetido ao interesse privado, cujo funcionamento segue a lógica do mercado, do capital.

Quando se fala em direito à cidade, é necessário olharmos para as políticas públicas formuladas em âmbito urbano no sentido de assegurar esses direitos à sociedade. Para que uma política pública seja desenvolvida e implementada, o primeiro passo do poder público é inserir o problema na agenda. Portanto, Kingdon (2006), Saraiva (2006) e Fuks (2000) argumentam que a entrada na agenda se estabelece como o primeiro estágio do processo de políticas públicas, cujo objetivo é demarcar os fatos sociais, a situação de problema público.

Kingdon (2006) - autor usado para referenciar a constituição de agenda e os atores que a formulam - pontua que a agenda se constitui em uma lista de problemas que são motivos de atenção em determinado período, tanto no que cabe à responsabilidade das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, podendo ser atores visíveis ou invisíveis, como a sociedade, os sindicatos ou os movimentos sociais.

Buscamos tratar dos movimentos sociais, aqui, enquanto atores visíveis, isto é aqueles que podem inserir diretamente as demandas sociais na formulação da agenda para políticas públicas, encampando debates e interesses na arena política com vistas ao atendimento e solução de problemas que dizem respeito à sociedade.

De maneira geral, os movimentos sociais são entendidos como uma ação coletiva organizada por determinado grupo que visa alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de determinado contexto sócio-histórico. Para Harvey (2013), o desenvolvimento urbano desigual calcado na luta contemporânea diária da construção da cidade excludente traça o cenário ideal para o conflito social.

Para a abordagem dos movimentos sociais, autores como Safatle, Rolnik, Alexander, Viana, entre outros foram acessados no sentido de formar um aparato teórico acerca desses processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, o termo movimentos sociais diz respeito ainda às lutas políticas, organização e discurso de líderes e seguidores que se formam com o objetivo de mudar, de modo geralmente radical, a distribuição vigente de recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais (ALEXANDER, 1997).

No que tange às políticas públicas urbanas, é pertinente pontuar autores como Souza, Tonella, Alvim, Vasconcellos e outros que não somente conceituam o termo como também o abordam de acordo com o campo no qual essas políticas serão implementadas. A definição comumente aceita, segundo Souza (2006, p. 24), é a de Laswell ao afirmar que são “decisões e análises sobre política pública que implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”

Saraiva (2006), por sua vez, marca que política pública nada mais é que um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, cuja função é elemento norteador para consolidação de uma justiça social.

Pensando em termos de urbanização, no Brasil, as questões relativas às políticas ambientais, de gestão das cidades e de organização do território adquirem crescente relevância, desencadeando novos problemas para o campo de conhecimento e problematização frente à arquitetura, urbanismo, planejamento urbano e administração pública. Nesse sentido, Steinberger (2014) argumenta que a formulação de políticas públicas deve ser ampla, contemplando diversos setores, dando atenção às questões urbanas emergentes (e urgentes) que permeiam os grandes centros brasileiros. No Brasil, os principais problemas advindos do processo de urbanização que, em seu caso, está em estágio avançado são os resultantes da falta de planejamento urbano

adequado. Um desses problemas emergentes é o da mobilidade urbana, principalmente, no que tange ao transporte coletivo.

Entende-se por mobilidade urbana o “transporte urbano” de uma forma mais ampla abrangendo o conceito de transporte e mobilidade em geral, além das preocupações “urbanas” se estenderem para todo o território municipal. No sentido de atender a essas preocupações, tramitam diferentes projetos de lei com a finalidade de estabelecer normas, diretrizes e princípios de início restritos a transporte coletivo evoluindo para uma abordagem mais geral e completa de transporte e mobilidade urbana, desde meados da década de 1990 (IPEA, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste levantamento da produção acadêmica acerca da temática supracitada e sua posterior análise, elaborou-se uma bibliometria de natureza descritiva com o intuito de descrever quantitativamente os elementos e aspectos relevantes relacionados às informações do campo do conhecimento científico no qual se insere este trabalho (ARAÚJO, 2006). O recorte temporal transversal foi de cinco anos – 2011 a 2015 – envolvendo técnicas padronizadas de coleta de dados e sua posterior análise, de acordo com as seguintes etapas:

- 1) Delimitação das fontes para a coleta dos dados;
- 2) Identificação das palavras-chave para a busca de artigos;
- 3) Definição dos artigos que contemplam o objetivo do estudo;
- 4) Análise bibliométrica.

As fontes de pesquisa foram constituídas por periódicos nacionais e internacionais da área de Administração classificados entre os níveis A2, B1 e B2 conforme classificação Qualis vigente em 2014, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, foi realizada a consulta nos eventos de abrangência nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e no evento internacional Urban Affairs. Na Tabela 1, observa-se a relação dos periódicos e na Tabela 2, os eventos, nos quais a pesquisa foi realizada.

Tabela 1 - Lista de periódicos nacionais e internacionais

Nacionais	Qualis	Internacionais	Qualis
BAR. Brazilian Administration Review	A2	American Journal of Political Science	A2
Cadernos EBAPE.BR (FGV)	A2	British Journal of Political Science (Print)	A2
Organizações & Sociedade (Impresso)	A2	Comparative Political Studies	A2
RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso)	A2	Corporate Governance (Bradford)	A2
RAE (Impresso)	A2	Government Information Quarterly	A2
RAUSP-e (São Paulo)	A2	Latin American Research Review	A2
Revista de Administração Pública (Impresso)	B1	Culture and Organization	B1
BBR. Brazilian Business Review (Edição em português. Online)	B1	Journal of Latin American Studies (Print)	B1
Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	B1	Public Administration and Development (Print)	B1
RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso)	B1	REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre. Online)	B1
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B2		
Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	B2		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2 - Lista de eventos nacionais e internacionais

Anais de Eventos	
Nacional	Internacional
EnAnpad	<i>Urban Affairs</i>

Fonte: Elaborado pelos autores.

O primeiro passo para a realização da pesquisa bibliográfica nas fontes acima citadas foi realizada por meio de quatro palavras-chave baseadas no tema da dissertação, conforme Tabela 3. A operacionalização da pesquisa foi realizada nos endereços eletrônicos dos periódicos e eventos tendo como base a Tabela 1 e 2.

Tabela 3 - Lista de palavras-chave

Palavras-chave		
Português	Inglês	Espanhol
Direito à Cidade	Right to the City	Derecho a la Ciudad
Políticas Urbanas	Urban Policies	Políticas Urbanas
Mobilidade Urbana	Urban Mobility	Movilidad Urbana
Movimentos Sociais	Social Movements	Movimientos Sociales

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pesquisa inicial com base nas palavras-chaves resultou num total de 67 artigos dentro dos periódicos e eventos pontuados acima, sendo 29 artigos internacionais e 38 nacionais, os quais passaram por uma revisão de conteúdo com base na identificação do título, palavras-chave e resumo. Cabe, nesse momento, pontuar que inicialmente, se usaria a palavra-chave “políticas públicas”, entretanto, o termo gerou uma quantidade imensa de artigos, os quais fugiam muito da temática proposto. Nesse sentido, essa palavra-chave foi substituída por “políticas urbanas”.

A análise bibliométrica será realizada em três categorias dos artigos selecionados: técnica, teórica e metodológica. Dentro da categoria técnica, apresenta-se o periódico no qual o artigo foi publicado e seu respectivo ano de publicação; o número de autores por artigo; a quantidade de publicação por autor; e a filiação desses autores, isto é, a qual universidade pertencem. No que diz respeito à categoria teórica, foram levados em conta os seguintes aspectos: os autores mais citados nos artigos, os trabalhos mais utilizados, os periódicos que mais apareceram nas referências bibliográficas e as universidades que mais publicaram nos periódicos analisados. E finalmente, em relação à categoria metodológica, levou-se em consideração a natureza da pesquisa, qual estratégia foi adotado para a sua realização, quais instrumentos de coleta de dados foram mais utilizados e os instrumentos de análise de dados que estão em evidência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A partir dos artigos obtidos nas bases de dados consultadas, a análise foi realizada conforme os procedimentos metodológicos definidos. Como resultado final, foram selecionados 23 artigos para análise, sendo 18 nacionais e 5 internacionais. Nas subseções seguintes são apresentadas as tabelas, gráficos e análises para cada categoria explicitada nos procedimentos metodológicos.

4.1 ASPECTOS TÉCNICOS

Dentro da categoria técnica, serão apresentados os periódicos e seu respectivo ano de publicação com a quantidade de artigos; o número de autores por artigo; a quantidade de publicação por autor; e a filiação desses autores, isto é, a qual universidade pertencem/atuam.

A Tabela 4 apresenta a classificação com os principais periódicos e eventos que realizaram publicações dos artigos que foram selecionados por período.

Tabela 4- Número de publicação por período

Periódico / Evento	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%
<i>American Journal of Political Science</i>					1	1	4%
<i>Public Organization Review</i>			1			1	4%
<i>Public Administration and Development</i>			1			1	4%
Cadernos EBAPE.BR			1		1	2	9%
Revista de Administração Pública	1			1	1	3	13%
Novos Estudos CEBRAP	1		1			2	9%
Administração Pública e Gestão Social	1	1				2	9%
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	1			1		2	9%
Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana		1	2	1	2	6	26%
EnAnpad					1	1	4%
<i>Urban Affairs</i>			1		1	2	9%
Total	4	2	7	3	7	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Ao observar a distribuição dos artigos por nacionalidade, os resultados podem indicar que a maioria dos trabalhos feitos nesta área faz parte do cenário nacional, uma vez que dos 23 trabalhos selecionados, 18 são nacionais, correspondendo a aproximadamente 78%. No entanto, de acordo com pesquisas realizadas para a delimitação do tempo e o entendimento do campo científico no qual a pesquisa se insere, a expectativa era de em periódicos internacionais houvesse mais material acerca desse tema. O que ocorre, em contrapartida, é que nos periódicos/eventos nacionais muito se encontrou acerca das teorias isoladas a título conceitual e não as relações e práticas oriundas das relações entre as palavras-chave (exemplos: políticas urbanas e direito à cidade; movimentos sociais e políticas urbanas; direito à cidade e mobilidade urbana).

Além disso, com base nas informações da Tabela 4 verifica-se que não a uma ascensão ou declínio desse tema tanto no Brasil quanto no exterior, as produções – no período de 5 anos – mantiveram, de certa maneira, uma quantidade sem oscilações expressivas.

A Tabela 5 apresenta a quantidade de pesquisadores por artigo. A prática dos pesquisadores dessa área é predominantemente pela opção de desenvolver pesquisas sozinho ou com dois autores. Assim, verifica-se que 75% dos pesquisadores optam por desenvolver os trabalhos individualmente ou com a presença de um co-autor.

Tabela 5 - Quantidade de pesquisadores por artigo

Número de autores	Quantidade de artigos	%
1 autor	7	31%
2 autores	10	44%
3 autores	4	17%
4 autores	1	4%
5 autores	1	4%
Total	23 publicações	100

Fonte: Dados da pesquisa

No quesito filiação acadêmica dos autores e quantidade de publicações por instituição, 45 autores compõem a autoria dos 23 artigos selecionados. Além disso, são 24 universidades, uma prefeitura e um autor que faz parte do Ministério do Planejamento, de Brasília/DF.

Tabela 6 - Lista das instituições de filiação

Instituição de Filiação	Quantidade de autores	Quantidade de publicações
Unochapecó	4	2
UFPB	4	1
University of North Texas	3	1
University of the Witwatersrand	3	1
UFPE	3	1
FGV/Eaesp	2	1
USP	2	1
Centro Universitário Univates	2	1
FGV/RJ	2	1
UFRN	2	1
UFV	2	1
Maulana Azad National Institute of Technology	2	1
Israel Institute of Technology	1	1
Osaka University	1	1
Université Paris 1 Pantheon	1	–
Universidade de Trás-os-Montes	1	1
University of Hong Kong	1	–
University of Canberra	1	1
UFRJ	1	1
UEM	1	1

UFPR	1	–
Universidade Federal do ABC	1	1
UNESP	1	1
Prefeitura Municipal de Coronel Freitas	1	–
Ministério do Planejamento	1	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco	1	1
Total	45	23

Fonte: Dados da pesquisa

Foram pontuadas 24 universidades, no total, como contribuintes nos artigos, além de uma prefeitura e um ministério. Nota-se pela Tabela 6, que a instituição de maior participação é a Unochapecó (Universidade Comunitária Regional de Chapecó) com 4 dos quarenta e cinco pesquisadores. A maior parte das instituições tem a participação nos periódicos por meio de somente um autor, isto significa que existe uma ligação entre instituições diferentes para o desenvolvimento de pesquisas.

4.2 ASPECTOS TEÓRICOS

Ainda que as análises técnicas dos trabalhos selecionados nos dão indícios de como o campo científico em questão se estrutura, o que é mais relevante é o esforço em encontrar elementos teóricos nesses artigos com o intuito de compreender conceitos e encontrar fontes mais citadas que forneçam subsídios para realização de uma pesquisa robusta. Nesse sentido, a análise dessas informações também pode contribuir para o desdobramento de pesquisas futuras acerca da temática vigente, bem como corrobora e acrescenta novas perspectivas acerca do referencial teórico utilizado.

Tabela 7 - Lista dos trabalhos mais citados

Quantidade de citações	Título do trabalho	Autores	Ano
---------------------------	--------------------	---------	-----

5	The right to the city.	Harvey, D.	2003
4	Ownership and management in the public sphere: governance issues and concerns.	Wettenhall, R. & Thynne, I.	2005
3	The Political Consequences of Social Movements.	Amenta, E.; Neal C.; Chiarellom E.; Yang, S.	2010
3	Latino Attitudes toward Various Areas of Public Policy.	Branton, R. P.	2007
3	Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.	AVRITZER, L.	2008
3	Estatuto da Cidade: Política urbana e Cidadania.	BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de	2000
2	Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution.	HARVEY, D.	2012
2	A Revolução Urbana	LEFEBVRE, H.	1999
2	Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.	RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L.	2003
2	Sistema urbano e cidades médias no Brasil.	ANDRADE, T. A.; LODDER, C.A.	1979
2	Transporte Público Urbano.	FERRAZ, A. C. P.; TORRES, I. G. E.	2004
2	Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas	VASCONCELLOS, E. A.	2001
2	O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.	MINAYO, M. C. S.	2000

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 elucida os autores mais citados dentro dos artigos analisados, fornecendo assim ferramentas para que se tenha conhecimento dos principais autores acerca das teorias que vem sendo trabalhadas.

Tabela 8 – Lista de autores mais citados

Quantidade de citações	Autores
12	David Harvey
9	Roger Wettenhall
8	Henri Lefebvre
7	Regina Branton
6	Leonardo Avritzer
6	Roberto Braga e Pompeu Carvalho
5	Alberto Melluci

4	Eduardo Alcântara Vasconcellos
4	Marta Farah
3	Oren Yiftachel
3	Ermínia Maricato
3	Celina Souza
3	Lima Neto

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela acima, optou-se por colocar autores que aparecem no mínimo três vezes nos artigos, ou mais, pois diversas vezes o mesmo autor parece duas vezes no mesmo artigo com publicações diferentes. Dessa forma, a quantidade de citações dos autores presente na Tabela 8 diz respeito a citações em diferentes trabalhos analisados.

A Tabela 9, aponta os periódicos nacionais e internacionais que foram mais citados dentre os artigos em análise. É possível, por meio desta tabela, verificar quais são os periódicos de maior relevância na publicação de trabalhos que corroboram com as teorias utilizadas.

Tabela 9 - Lista de periódicos mais citados

Quantidade de citações	Periódicos nacionais e internacionais
13	Urbe
12	Cadernos EBAPE
10	Urban Affairs Review
10	Political Research Quarterly
9	Annual Review of Sociology
7	Politics, Groups and Identity
7	The Asian Pacific Journal of Public Administration
6	Journal of Politics
6	Revista de Administração Pública
5	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional

Fonte: Dados da pesquisa

4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

São apresentados a seguir os dados coletados referentes aos procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos selecionados. Inicialmente, a Tabela 10 demonstra a natureza das pesquisas realizadas.

Tabela 10 - Tipo (natureza) da pesquisa

Tipo	Quantidade	Percentual
Qualitativo	21	92%

Quantitativo	1	4%
Métodos Mistos	1	4%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa

É explícita a predominância dos estudos qualitativos, nota-se a ausência quase total de estudos quantitativos (e de métodos mistos), indicando que esse tipo de estudo não se enquadra em pesquisas do tipo pretendido. Isto ocorre, porque os estudos qualitativos são usados frequentemente para entender as relações sociais e conflitos que permeiam a sociedade (TRIVIÑOS, 1987).

O caráter plural da pesquisa qualitativa permite ao pesquisador vasto acesso a diversas técnicas e práticas interpretativas. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a variedade de métodos que podem ser usados na pesquisa qualitativa não tem como função a objetividade, mas sim a tentativa de assegurar a validade do fenômeno e sua compreensão.

Tabela 11 - Estratégia de pesquisa

Estratégia de pesquisa	Quantidade	Percentual
Ensaio teórico	2	8%
Estudo teórico-empírico	16	72%
Estudo de Caso	2	8%
Metaestudo	1	4%
Survey	2	8%
Total	23	100%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar um número expressivo de estudos teórico-empíricos. Isto revela uma predisposição dos pesquisadores da área para além de refletir acerca de debates teóricos para contribuir com a teoria, buscam ainda compreender o campo com o intuito de contribuir também para a prática.

Com relação à estratégia de pesquisa, sete artigos diferem das demais encontrados, constituindo estudos de caso, ensaio teórico, método *survey* e um metaestudo, cuja técnica de análise dos artigos é realizada por uma abordagem estritamente qualitativa (Patton, 2002). Todas as estratégias adotadas nos artigos são justificadas pelo objetivo do trabalho.

As pesquisas que utilizaram o método *survey* são as de caráter quantitativo e de caráter qualitativo e quantitativo (métodos mistos). Segundo Bryman (1995), o *survey* é um método de coleta de informações utilizado diretamente com pessoas com intuito de pontuar suas ideias, sentimentos, planos, crenças, podendo ser de cunho social, educacional e financeiro.

No que tange à coleta de dados, há uma variação maior entre os artigos encontrados e analisados. Mostrando que 43% das pesquisas são realizadas por meio de questionário, o que contabiliza praticamente metade dos artigos. Por se tratarem de trabalhos qualitativos em sua grande maioria, estão presentes outros formatos de coleta de dados como é o caso das entrevistas e dos documentos, que foram coletados e analisados em 22% dos trabalhos em questão.

Tabela 12 - Forma de coleta de dados

Tipo	Quantidade
Questionários	10
Entrevista	8
Documentos	5
Total	23

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos trabalhos que fizeram uso de questionários, 7 deles realizaram a aplicação via e-mail ou telefone, isto é, não tiveram contato direto com os respondentes. Em relação às escalas, todos os pesquisadores fizeram uso de escalas adaptadas ou criadas por eles próprios. Os vários tipos de perguntas e escalas devem ser adotados com vistas ao problema de pesquisa, sem deixar de serem levados em conta os aspectos que dizem respeito à amostra a ser entrevistada (MALHOTRA, 2001).

No que concerne às entrevistas, de acordo com Fontana e Frey (2005), a entrevista estruturada coloca o entrevistador diante de respostas éticas e racionais, mediante um questionário pré-estabelecido. Das 8 entrevistas realizadas, 5 delas eram estruturadas e as outras 3 semi-estruturadas. Diferentemente, da aplicação de questionários à distância, a realização de entrevistas permite que o pesquisador capte algumas nuances em relação aos entrevistados que, muitas vezes, não se pode perceber sem o contato direto com os mesmos.

Por fim, para análise dos dados, os trabalhos fizeram uso de diferentes instrumentos metodológicos para a interpretação dos dados coletados nos artigos. Os pesquisadores, de forma geral, podem utilizar vários procedimentos de análises no mesmo trabalho, no entanto, nos artigos verificados no presente estudo, quase todos os pesquisadores se ativeram ao uso de somente um tipo de análise para tratar seus dados, com exceção do trabalho de Antunes e Simões (2013) que fizeram

uso da análise estatística e psicométrica. O tratamento psicométrico consiste na análise de precisão de um instrumento psicológico que mostra precisamente o quanto ele se afasta do ideal da correlação 1, de um determinado coeficiente que, quanto mais próximo de 1, menos erro demonstra (PASQUALI, 2003).

Tabela 13 – Tipos de análise dos dados

Tipo	Quantidade
Análise de Conteúdo	9
Análise do Discurso	3
Estatísticas descritivas	5
Análise Documental	2
Tratamento Psicométrico	1
Total	20

Fonte: Dados da pesquisa

De forma geral, notamos a predominância por Análise de Conteúdo como procedimento de análise de dados. O que é, de certa maneira, curioso é o uso da abordagem proposta por Minayo (2007) e não a abordagem clássica de Bardin (1979), autora mais comumente utilizada nos trabalhos de Estudos Organizacionais. Embora dois artigos tenham feito uso da proposta teórica de Bardin (1979), os outros 7 pesquisadores não se apropriaram dessa abordagem. Apenas duas análises documentais fizeram parte da amostra selecionada e três trabalhos utilizaram análise do discurso a partir da abordagem semântica de Michel Pechêux (BARONAS, 2005).

Cerca de 80% dos estudos realizaram testes de validade e confiabilidade dos dados, alguns por meio de técnicas de triangulação, um deles por meio da análise fatorial dos resultados, bem como outros fizeram uso do *feedback* dos informantes, por meio do qual se confronta as fontes com sua concordância ou consentimento. Isto é esperado, porque a validação do trabalho é uma prática que traz legitimidade à pesquisa, tanto para publicação bem como para posteriores citações (PAIVA JR. et. al, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi realizar uma bibliometria dos artigos publicados sobre o tema Conflitos, Diálogos e Interesses nas Relações entre os Movimentos Sociais e o Poder Público, no Campo das Políticas Urbanas de Mobilidade no recorte transversal de 2011 a 2015. Foram analisados 23 artigos publicados nos periódicos mais relevantes da área de Administração e Administração Pública no Brasil e em periódicos internacionais. Foram contemplados os periódicos classificados entre os níveis A2 e B2 na classificação da CAPES, Qualis 2014, eventos da ANPAD e um evento internacional, *Urban Affairs*.

Desta maneira, pode-se considerar que esses artigos constituem o estado da arte sobre o tema escopo dessa pesquisa. A quantidade de artigos identificados demonstra que o tema faz parte das preocupações dos pesquisadores brasileiros, bem como internacionais, pois foi possível acessar uma quantidade relevante de material produzido nessa área do conhecimento. Embora algumas revistas específicas de gestão pública e planejamento urbano concentrem a maioria das publicações de acordo com o tema, a produção nacional é esparsa dentre os outros periódicos de Administração e de Administração Pública.

À medida que os artigos foram analisados, alguns mostraram maior relevância no sentido de atender ao objetivo do presente estudo e contribuir no sentido de trazer novas perspectivas para a realização da pesquisa. Um deles consiste num levantamento bibliométrico da produção científica acerca dos movimentos sociais discutidos dentro do âmbito da Administração, demonstrando essa emergência de mobilizações populares por novas demandas sociais que interferem na forma de fazer política (ARAÚJO, FARONI, 2015). Além de apontar o caminho percorrido nos estudos dos movimentos sociais, o artigo trouxe contribuições acerca de referências ainda não acessadas. O artigo “Programa Estadual de Mobilidade Urbana do Governo do Estado de Pernambuco (PROMOB): políticas públicas inovadoras ou repetição das práticas realizadas no passado?”, no âmbito da mobilidade urbana, também corrobora com um olhar crítico acerca das novas políticas urbanas que se perfazem em território nacional iluminando problemas e conflitos no que tange à construção de políticas públicas em nível estadual.

Os periódicos nacionais mais predominantes quando analisado o tema de forma geral foram *Revista de Administração Pública (RAP)* e *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Quanto às publicações internacionais, a maior concentração de artigos que encampassem o tema proposto se encontrou nos anais do evento *Urban Affairs*. Verificou-se também que a prática comum dos autores para essa área de pesquisa é a de realizar publicações individuais ou em pares.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a maioria dos trabalhos encontrados é de caráter empírico, tendo em vista que o processo de constituição de agenda e elaboração de políticas urbanas

pressupõe práticas sociais, bem como as relações entre os movimentos sociais e poder público caracterizam tomadas de decisão. Outro fator de destaque dessa pesquisa é a presença de uso de critérios de validação e confiabilidade das pesquisas, mesmo se tratando de estudos qualitativos em sua maioria, o que demonstra a preocupação dos pesquisadores brasileiros em avançarem e legitimarem sua produção científica nessa área.

Não obstante, este estudo não pretendeu esgotar a produção da literatura nacional, tão pouco internacional sobre relações entre os movimentos sociais e o poder público, no campo das políticas urbanas de mobilidade, em razão de ter selecionado os periódicos científicos de primeira linha exclusivamente da área de Administração Pública e esse recorte consiste numa limitação da presente pesquisa.

Este estudo pode ainda ser estendido aos periódicos relacionados às Ciências Políticas, Sociologia e Urbanismo, aumentando, certamente, o número de artigos encontrados nos 5 anos de pesquisa, uma vez que possui relação direta com o tema vigente. Nem todos os anais de congressos também foram contemplados, tampouco teses e dissertações produzidas nesse campo. Propõem-se, portanto, uma agenda para pesquisas futuras.

5.1 AGENDA DE PESQUISA

Quanto aos temas de maior interesse dentro do escopo teórico pesquisado, os estudos brasileiros estão concentrados no que diz respeito ao entendimento do ciclo das políticas públicas – e nesse âmbito as políticas urbanas aparecem, sobretudo, no que tange à implementação. Sugere-se a necessidade de mais pesquisas cujo foco de atenção também esteja voltado para compreensão das relações que permeiam a construção e implementação dessas políticas, lançando luz às políticas urbanas, no campo da mobilidade. Tendo em vista a importância de estudos sobre políticas de saúde, de educação, de saneamento, entre outras, pouco ainda se tem produzido em relação à mobilidade urbana, haja vista os artigos acessados que pontuam estudos específicos de determinada cidade ou região.

É pertinente sugerir ainda um alerta aos estudiosos no campo da Administração Pública, olhar para questões tão cruciais quando se pretende compreender as ações públicas – os interesses, conflitos e diálogos que as perpassam - relacionadas ao bem estar social e à qualidade de vida nas cidades. Não somente a discussão acadêmica em termos teóricos dará conta de promover ou gerar implicações passíveis de serem implementadas enquanto ações do poder público, naquilo que concerne a promoção de debates e participação dos movimentos sociais na construção de uma agenda para as políticas urbanas, sejam em nível municipal, estadual ou federal.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Eloisa M.; SIMÕES, Fernanda A. Engenharia urbana aplicada: um estudo sobre a qualidade do transporte público em cidades médias. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** 5.2, 2013, p. 51-62.

ARAÚJO, Carlos A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARONAS, Roberto L. **Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso**. Consultado El, v. 6, 2005.

BRYMAN, A. **Research methods and organization studies**. London: Routledge, 1995.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sistema WebQualis**. Disponível em: <www.qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>. Acesso em janeiro/2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.) **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. (p. 15-41).

FUKS, Mario. **Definição da agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social**. *Bid*, n. 49, 1º sem. 2000, p. 79-94.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2011.

_____, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____, David (et al.). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

KINGDON, John. Como chegar a hora de uma idéia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA NETO, V. C.; GALINDO, E. P. **Planos de mobilidade urbana: instrumento efetivo da política pública de mobilidade? Mobilidade, Cidade e Território**, Paranoá, Brasília, v. 9, 2013.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001. (p. 90-108).

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research & Education Methods**. California: Sage Publications, 2002.

PAIVA JUNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M.; MELLO, S. C. B. **Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração**. Revista de Ciências da Administração, v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez 2011.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, 2006. v.1.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/Dez 2006. P.20-45.

STEINBERGER, M (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Libri Editorial, 2013.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINER, Carlos. Cidade De Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro. 2011.